

## A influência das diversas correntes ideológicas no movimento operário belorizontino no início do século XX<sup>1</sup>

*Daniela Oliveira R. Passos<sup>2</sup>*

### Resumo

Este ensaio procura analisar e identificar quais os ideários que nortearam o movimento operário belorizontino no início do século XX. Com foco na origem e a história de Belo Horizonte: a construção da Capital, a influência do Estado na formação social, urbana e econômica da nova cidade; bem como a inserção da classe operária neste contexto, percebendo a emergência e o surgimento do movimento operário belorizontino: suas reivindicações, especificidades e a presença dos elementos político-ideológicos que influenciaram em sua estruturação, organização e mobilização.

**Palavras-chave:** *Classe operária, Belo Horizonte, Anarquismo, Social democracia, Estado*

### 1. Introdução:

A literatura que trata do movimento operário brasileiro, quer a panfletária ou a acadêmica, é quase unânime ao consagrar o anarquismo como a grande força de organização da classe proletária na Primeira República.

É como se essa corrente tivesse o monopólio da “revolução dos trabalhadores” e fosse à única liderança ideológica no movimento operário brasileiro. As outras formas de organização e “princípios” ou não existem ou são tratadas apenas como figurantes de um cenário amplo e complexo, que segundo muitos estudiosos, é liderado somente pelos anarquistas. Tal fato contribui para obscurecer a diversidade de tendências que existiram no movimento operário da época.

Ainda mais quando tais estudos restringem suas abordagens apenas ao contexto das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, generalizando a história do movimento operário desses Estados para o restante do país.

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo/MG, em 2006.

<sup>2</sup> Mestranda pela Universidade Federal de Ouro Preto - M.G.

Portanto, é interessante relatar o real significado que teve a ideologia<sup>3</sup> anarquista no movimento operário belorizontino: se ela se fez presente ou não, já que é importante levar em consideração as particularidades e especificidades na formação e organização da classe obreira na nova Capital mineira.

Assim, este ensaio se propõe, através de uma análise dos periódicos operários da época, a pensar o movimento dos trabalhadores de Belo Horizonte a partir das ideologias que nortearam as reivindicações operárias no início do século XX e não somente a sua formação sindical e partidária como muitos autores limitam estes movimentos.

Para tanto, foram analisadas como fontes primárias os jornais que se concentram nos órgãos informativos das associações operárias nos anos de 1900 a 1920, sendo eles: *O Operário, da Liga Operária; O Labor, da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais; O Confederal, órgão do Centro Confederativo dos Operários de Minas Gerais e novamente O Operário, sendo este da Confederação Católica do Trabalho*. Estes jornais são uns dos poucos vestígios da prática operária que se conservou desse período em Belo Horizonte. Também foram pesquisados os periódicos e jornais da época, como o *Minas Gerais, A Capital, o Diário de Minas* e o *Diário de notícias*, observando a abordagem que os mesmos faziam das organizações e manifestações do movimento operário.

De forma legalista, o movimento operário belorizontino, se organizou e mobilizou-se, propondo leis que consolidassem suas reivindicações. Contrariando o ideal anárquico, os operários da nova Capital, viam no parlamento um possível realizador dos seus direitos. Assim, a presença do Estado foi fundamental, para influenciar a formação da ideologia de luta destes trabalhadores, sendo o movimento muito mais complexo do que sugere a bibliografia sobre o assunto.

## 2. A construção da cidade de belo horizonte e o surgimento da classe operária

---

<sup>3</sup> Em sentido amplo o termo ideologia se restringe ao conjunto de idéias, concepções ou opiniões sobre algum ponto passível a discussão. Podemos ainda identificá-lo como o conjunto de idéias e de valores que se destinam a mudar ou defender a ordem política existente, tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos (STOPPINO, 2000: 588).

O surgimento da classe operária<sup>4</sup> de Belo Horizonte data do início de sua fundação (1893), quando se fez necessária a contratação de obreiros especializados para trabalhar nas diversas construções da nova Capital.

Belo Horizonte, ao contrário da maioria das cidades, foi construída pela intervenção estatal, num traçado modernizante, inspirado nas experiências urbanísticas das cidades européias e norte-americanas.

Movido pela nova ordem republicana, positivista e científica, Aarão Reis (Engenheiro chefe) planejou Belo Horizonte, e num prazo de quatro anos (1893-1897) inaugurou a Capital. Em seu projeto a cidade foi dividida em três zonas:

A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infra-estrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo; a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno que funcionava como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção (OLIVEIRA, 2004: 34-35).

Tal divisão funcionava como instrumento para o controle da cidade. Fixava-se os seus limites, classificava e hierarquizava os territórios, que deixavam de ser uma “dimensão indefinida” para se transformarem em áreas delimitadas e identificáveis.

O objetivo desse “enquadramento social” era o de estabelecer uma ordem, dentro da cidade. Nas idéias de Aarão Reis era necessário “traçar com a régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana” (JULIÃO, 1996: 56). Desta forma, Belo Horizonte, foi construída de modo a assegurar as condições mínimas de vida para uma população em rápido crescimento, adequando a cidade aos negócios e ao mesmo tempo criando mecanismos de controle sobre a população mais carente e trabalhadora.

A rigidez do “plano da cidade”, que destinava a área interna ao perímetro da Avenida do Contorno a funções específicas, expulsou para as zonas suburbanas e rurais as

---

<sup>4</sup> Por classe iremos trabalhar com o conceito utilizado por Thompson, que afirma que: “(...) quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON, 1989: 10).

camadas populares. Isto fez com que o crescimento urbano se desse da periferia para o centro.

No que se refere à ocupação, tratava-se de atender primeiramente aos funcionários e proprietários, oriundos de Ouro Preto (Capital mineira antes de Belo Horizonte). Segundo Barreto (1995: 238), o governo do Estado cederia gratuitamente um lote de terreno na nova Capital, de acordo com a planta geral, para cada um dos funcionários estaduais que por força de suas funções fossem obrigados a transferir-se para Belo Horizonte; e aos proprietários de casas em Ouro Preto que pagassem o imposto predial (atual IPTU) no exercício do ano de 1890 e que construíssem suas novas residências até o prazo de 17 de dezembro de 1893. Esta foi uma das formas encontradas pelo governo para vencer a resistência dos que não queriam a mudança.

No bairro dos Funcionários concentrou-se a área do funcionalismo público. Tal localidade se constituiu em uma espécie de “cartão de visitas”, pois possuía excelentes casas, ruas “simétricas” e ótimas instalações sanitárias. Já a área Central foi destinada à construção de prédios públicos, do Parque Municipal e da zona Comercial (atual Santos Dumont). Para Julião (1996: 60) esta área era considerada a mais “atraente”, pois concentrava os serviços urbanos modernos como saneamento, iluminação, o bonde, etc. Obviamente, por ser o território mais “elegante” era também o menos acessível, já que seus terrenos eram bem “valorizados” (dentro das leis de mercado da época).

Quanto à população de baixa renda, não houve a mesma preocupação com os assentamentos residenciais. Os quarteirões eram irregulares, os lotes de áreas diversas e as ruas (traçadas em conformidade com a topografia local) tinham apenas 14 metros de largura. Já às habitações, eram de construção ligeira e grosseira, denominadas “cafuas”, cujos moradores, na maior parte das vezes, eram os operários (JULIÃO, 1996: 60).

De início, os operários residiam em “cafuas, barracos e barracões” desconfortáveis e provisórios, junto às obras; casas estas que seriam demolidas logo ao término dos trabalhos de construção da Capital<sup>5</sup>. Localizavam-se no Córrego do Leitão (atual Barro Preto) e na Favela ou Alto da Estação (atualmente Santa Tereza), ambas na zona urbana da cidade. Porém,

---

<sup>5</sup> “Cafuas eram as casas de barro, cobertas de capim; os barracos eram feitos de tábuas, cobertos de capim ou zinco e ambos podem estar localizados ou não em áreas invadidas; já os barracões eram construções de alvenaria levantadas, em geral, nos fundos de outras casas” (GUIMARAES, 1991: 64-65).

em 1898, o “incômodo” provocado pela presença de duas áreas de aglomeração de cafuas e barracos na zona urbana levou o Prefeito Adalberto Ferraz a designar o quarteirão 16 da 6ª Secção suburbana (Lagoinha) para ser vendido em lotes aos habitantes provisórios dos bairros do Leitão e Alto da Estação, nesta Capital (GUIMARÃES, 1991: 91).

Os lotes seriam vendidos ao preço de 10 réis o m<sup>2</sup> e sob a condição de as casas serem imediatamente construídas para que as cafuas fossem demolidas tão logo a moradia estivesse pronta.

Segundo Guimarães (1991: 97), em 1900, o então Prefeito Bernardo Pinto Monteiro, vinha fazendo concessões de lotes a título provisório e gratuito a operários e proprietários de cafuas na região da Praça Raul Soares e na zona da “8ª Secção” do Barro Preto, sendo tal medida justificada da seguinte forma:

Não sendo fácil aos pobres operários, dignos de todas as atenções do poder público, a construção, na zona suburbana, de casas das dos typos adaptados pela Prefeitura, para construções congêneres, vime obrigado a ceder-lhes, gratuitamente, lotes em ponto afastado, na vasta explanada que vae ao Calafate, para onde provisoriamente estão sendo transferidos. (MONTEIRO<sup>6</sup>, 1900, p. 17 *apud* GUIMARÃES, 1991: 97-98)

Na visão do jornal *O Operário* tal medida não representava a solução do problema:

O digno Prefeito desta Capital baixou uma portaria ordenando a demolição das cafuas do Córrego do Leitão. Louvaríamos o acto do Sr. Prefeito se as cafuas fossem condenadas definitivamente, mas como no Barro Preto está se edificando uma nova cidade de cafuas não comprehendemos o motivo porque manda-se desalojar os pobres operários com grandes danos dos seus interesses. Cafuas por cafuas podia deixar as que já estavam.<sup>7</sup>

Na verdade, segundo Guimarães (1991: 100) a relação do poder público com a questão da moradia e da higiene para o trabalhador prendia-se mais a uma visão estética do que a uma visão social. As cafuas comprometiam a imagem de Belo Horizonte, o que provocou a adoção de um conjunto de medidas legais, cujo objetivo era preservar a concepção da “cidade-modelo” e, em especial, a zona urbana, que era o “cartão de visita” belorizontino.

Assim, Belo Horizonte nasce de uma lógica segregacionista, erguendo-se “barreiras invisíveis” entre as classes sociais; que estruturalmente podemos identificar como:

Frações tradicionais da oligarquia agro-exportadora, uma pequena fração da burguesia industrial e um núcleo de burguesia comercial oriunda de Ouro Preto e dos grupos sociais pioneiros na implantação da nova Capital, ligados ao comércio, construção civil e ao mercado da terra. Existe a camada intermediária dos funcionários públicos e privados e das

<sup>6</sup> MONTEIRO, Bernardo Pinto. Relatório apresentado pelo Prefeito ao Conselho Deliberativo da Capital. Belo Horizonte. 1899-1902. Imprensa Oficial.

<sup>7</sup> O OPERÁRIO, órgão da liga operária, Belo Horizonte, 02 set. 1900. p. 2.

profissões liberais. Enfim, um proletariado, tanto nacional como estrangeiro, constituído de uma massa móvel ligado à construção civil, e de uma camada de profissionais manuais, artesões altamente especializados, e de operários das fábricas de transformação dos produtos agrícolas (LE VEN, 1977: 107).

Quanto ao surgimento do movimento operário belorizontino, segundo Dutra (1988: 16), se deu, de início, através da criação de associações de cunho operária da necessidade dos trabalhadores que se reuniram, enquanto parte de um mesmo grupo social, para tratarem de seus interesses.

Em 1891 surgiu a Associação Beneficente Tipográfica; seguida da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, em 1897. Ambas visavam ao mútuo socorro (ou mutualismo)<sup>8</sup>, que se caracterizava pela instrução, recreação e educação moral de seus sócios e não tinham partido político, religioso e filosófico de nenhuma espécie.

Em julho de 1900 surgiu a Liga Operária.

Convidados por boletins profusamente espalhados pela manhã de ontem, reuniram-se no teatro Soucasseaux cerca de setecentos operários, que, na melhor ordem e sob a presidência do Sr. Donato Donati, acordaram em aceitar as bases propostas para uma comissão provisória.<sup>9</sup>

As propostas apresentadas pelos operários eram

(...) formular, apresentando a quem de direito, um projeto de lei que obrigue os construtores e empreiteiros de obras a apresentarem fiança suficiente para cobrir e indenizar os compromissos por eles assumidos, sob o penhor de procurador idôneo; reclamar continuamente, até conseguir de vez, a extinção de VALES, regularizando-se os pagamentos dos trabalhadores, de modo que sejam pagos integralmente e por quinzenas, ou pelo menos, por mês; defender os direitos e interesses da classe trabalhadora e lutar energeticamente pela adoção das leis favoráveis aos operários, a exemplo das nações mais cultas, e pelo fiel cumprimento das que já existem prevenindo e protegendo o trabalhador; da publicidade aos justos reclamos dos trabalhadores e servir de mediador, quando possível entre os mesmos e os patrões; envidar o máximo de esforço para unir todos os operários desta Capital numa LIGA OPERÁRIA, estabelecendo-a e dirigindo-a até a renovação da comissão atual, o que se efetuará deste que a LIGA esteja completamente organizada.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Para Costa (1980: 23), diferente da maioria dos anarquistas, os mutualistas pregavam a votação em pleitos eleitorais, eram anticlericais e contra qualquer atividade clandestina. Eles atuaram nas associações operárias e propuseram um banco comum de crédito gratuito. Aspiravam a uma sociedade em que todos os homens seriam proprietários e cada um teria de volta os frutos de seu próprio trabalho. Eram contrários à igualdade econômica e cada indivíduo deveria ser remunerado conforme seu serviço. Consideravam a família a base essencial da sociedade e eram tidos pelos adeptos da ideologia de Bakunin e dos anarco-sindicalistas como apenas reformistas.

<sup>9</sup> Reunião Operário. Minas Geraes. Bello Horizonte, 15 e 16 jul. 1900, p.2.

<sup>10</sup> Idem.

De tendência social reformista<sup>11</sup>, a Liga se propunha ser uma associação de indivíduos de ideais democráticos, com a finalidade de organizar o proletário e induzi-los a defender, por todos os meios legais, os direitos e interesses da classe operária.

Na reunião, em que foram lançadas as bases de criação da Liga, foi também proposta a publicação de um periódico quinzenal para divulgar as reivindicações de interesses dos operários; sendo lançado o primeiro exemplar, duas semanas após a reunião. Em seu primeiro número, *O Operário*, publicou o “Projecto de Estatutos para a Liga Operária”, que foi elaborado e proposto pela comissão organizadora do jornal.

O primeiro capítulo do projeto traz explicitado o que seria a Liga Operária e quais os seus fins:

A Liga operária de Bello Horizonte é uma associação de indivíduos de qualquer nacionalidade que professam idéias democráticas e querem sinceramente contribuir para o melhoramento material, moral, intelectual das classes operárias. (...) Seus fins são: a) unir e organizar os elementos e as energias do operariado; b) manter um jornal de propaganda, ou conseguir publicidade para suas idéias, em algum jornal existente; c) fundar, quanto for possível, uma bibliotheca própria para operários e respondente aos fins da Liga Operária; d) organizar conferencias sobre argumentos econômicos e sociais; e) defender, por todos os meios legais os direitos e interesses das classes operárias; f) propor as autoridades competentes as medidas que forem julgadas próprias para proteger e avantajá-los os trabalhadores; g) tomar parte nas eleições de mandatários públicos, sustentando candidatos adherentes aos fins da Liga Operária.<sup>12</sup>

As reportagens do periódico trazem explícito o caráter legalista da Liga Operária, que propõe uma lei que faculte aos operários os meios de obter justiça, inclusive, gratuita.

A Liga Operária, por meio da sua comissão executiva, tem estudado naturalmente a questão da vida operária e tem chegado a convicção absoluta de que o remédio mais eficaz consiste numa lei que faculte aos operários os meios de obter justiça prompta e gratuita. (...)Todas as nações cultas têm hoje uma legislação que garante justiça aos operários, e o Estado de Minas, que certamente faz parte dos povos cultos, não pode ficar atrás<sup>13</sup>

E assim, encaminham uma petição ao Congresso Estadual, para a formulação de uma lei que garantisse ao operário o direito de receber seu pagamento em dinheiro, já que

<sup>11</sup> A social democracia, neste caso, se definirá como a expressão, que na prática, usa-se para designar movimentos socialistas que pretendem “mover-se” no âmbito das instituições liberais democráticas (SETTEMBRINI, 2000: 1.188), apesar de criticá-las. Os sociais democratas toleram o capitalismo, porque entendem que não existem condições suficientes para uma revolução; o sistema capitalista, neste caso, é visto basicamente, como ineficaz e ruinoso, em vez de imoral. Contudo, a social democracia é contra o reformismo burguês, por isso busca apoio do movimento operário para aderir ao sistema parlamentar; é também contra ao socialismo de caráter revolucionário, por achá-lo imaturo para transformar ou abolir as estruturas (sólidas) do sistema capitalista.

<sup>12</sup> O OPERÁRIO; orgam da Liga Operária. Bello Horizonte, 29 jul. 1900, p.1.

<sup>13</sup> O OPERÁRIO; orgam da Liga Operária. Bello Horizonte, 19 ago. 1900, p.1.

o pagamento era realizado em forma de *Vales* da prefeitura, que segundo os operários “eram uma violação da liberdade de comércio e da liberdade de comprar onde bem quisessem”<sup>14</sup> além de exigir, a justiça gratuita e pronta para também servir-los.

Ao Congresso Mineiro - Exms. Srs. Membros do Congresso Legislativo do Estado de Minas Geraes: A liga Operária de Bello Horizonte, considerando os grandes prejuízos que tem ocasionado a classe operária a demora dos pagamentos, e a má fé de que muitas vezes têm sido victimas os operários; Considerando que em qualquer parte do mundo civilizado é hoje disposição legal a obrigação de pagar integralmente os operários em períodos certos que nunca ultrapassem de um mez sendo, porém, o pagamento semanal o mais commodo e comum; Considerando também que os legítimos direitos dos operários serão sempre, mais ou menos, conculcados em quanto a justiça for de difficil accesso para os operários, tanto por causa da sua morosidade, quanto pelas despezas que accarreta; Resolve dirigir humildemente petição a Vs. Excs. afim de que vos digneis decretar: 1) que os operários tenham direito de reclamar o pagamento integral dos seus salários pelo menos uma vez por mez; 2) que os operários possam dirigir-se ao Juiz de paz, para obter o pagamento integral de seus salários, sem gastar quantia nenhuma, por mínimo que seja; 3) que o Juiz de paz, seja obrigado a aceitar e despachar as demandas para salários em qualquer dia, so exceptuando os feriados, e que o processo seja o mais summario possível; 4) que as demandas dos operários para causa de salários tenham preferências sobre todas as outras; 5) que os operários tenham direito de requerer e obter immediatamente o penhoramento dos bens do devedor para garantia de salários devidos. A Liga Operária confia plenamente na efficacia destas medidas cuja decretação respeitosa mente pede à esclarecida intelligencia e forte patriotismo de Vs. Excs.<sup>15</sup>

O jornal também relata que via no surgimento da Liga Operária – e conseqüentemente na criação de seu periódico – a fase ideal para lutarem por seus direitos político-eleitorais

É chegado o momento de usarmos o nosso direito eleitoral e compactos devemos, quando chegar a ocasião votar em pessoas que se comprometam a tutelar os nossos direitos, fazendo leis em nosso favor, e instituindo escolas de arte e officios para educar nossos filhos (...).<sup>16</sup>

O quinzenário também fazia denúncias dos empreiteiros e negociantes da Capital que não pagavam “os operários integral e pontualmente em todas as quinzenas” e é enfático ao dizer que irão “lutar através dos meios legais”<sup>17</sup>.

Parece que, por enquanto as promessas de pagamento quinzenal feitas pelos Srs. empreiteiros ficaram no estado de promessas. (...) Esperamos que a realização das mesmas não será ulteriormente protelada, diversamente a Liga Operária que, até hoje, tem sido muito remissiva e conciliante, usará de meios mais energicos e efficazes, embora legaes,

<sup>14</sup> O OPERÁRIO; orgam da Liga Operária. Bello Horizonte, 19 ago. 1900, p.2.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> O OPERÁRIO; orgam da Liga Operária. Bello Horizonte, 2 set. 1900, p.2.



para conseguir que acabe de uma vez esta situação intolleravel e única talvez no Brasil.<sup>18</sup>

Portanto, neste primeiro momento da manifestação de um movimento operário na Capital mineira, podemos perceber que havia uma organização dos trabalhadores, que condenavam a violência e os *meios não legais* de fazer valer seus direitos.

Em novembro de 1903 aparece, na Capital mineira, outro jornal *O Operário*, mas este não é dirigido pelo italiano Donato Donati, diretor e fundador da extinta Liga Operária<sup>19</sup>. Ele surge na intenção de solicitar assistência “ao desgraçado operário e sua família” através da união das diversas classes “em prol do operariado”, principalmente as “classes que detinham o poder na tomada de decisões”<sup>20</sup>.

Havia ainda, uma preocupação dos “editores” do periódico em fazer com que ele cumprisse o programa de ordem e paz pregado pelos operários, que procuravam defender, dentro da lei, os solícitos, reclamos e os interesses da classe como a construção de vilas operárias, asilos e escolas para formação moral e educacional dos trabalhadores.

Cidade nova em período de formação material e moral, faltam aqui institutos e elementos que garantam ao proletário vida calma e desassombros, descanso e amparo, conforto e proventos. Não temos para o operário inválido asylos, onde se abriga a sua miséria, como para o analfabeto não existem ainda aqui escolas, loccus de arte e officios, cursos technicos, mesmo modestamente installados. Si delinqüe, ou precisa de socorro da justiça, não possuímos assistência judiciária, que gratuitamente, o vá patrocinar e defender nos tribunales. Si cae enfermo, não temos as caixas beneficentes, a caridade hospitalar, que dêem pão e abrigo ao desgraçado operário e a sua família. Hoje nas grandes cidades e capitales europeas e americanas, ao lado dos asylos e orphanatos dos patronatos, destinados a proteger, educar, amparar e velar pelos operários, se encontram os consultórios e polyclinicas gratuitas, os dispensários, as sociedades de beneficência, as <casas dos pobres>, villas e habitações modestas e higienicas, onde as classes desprotegidas, onde os humildes e os que trabalham para comer o pão de cada dia, acham o medico, o botica, o auxilio pecuniário, a moradia, a protecção, tudo isso, opportunamente, concedido as classes trabalhadoras, nos momentos críticos por que passam, si lhes falta a saúde, o pão, o tecto e o trabalho.<sup>21</sup>

Em dezembro de 1903 o jornal traz a notícia de que surgia na Capital o “Centro Operário” que, segundo os “editores”, “era uma necessidade para aquelles que trabalham na nossa Capital, e para aquelles que aqui vivem e que aqui luctam”<sup>22</sup>. Neste exemplar ainda há uma análise da importância deste Centro, para tentar resolver as questões que se referem os “obreiros da Capital”, e portanto “os operários deveriam receber tal idéa de

<sup>18</sup> O OPERÁRIO; orgam da Liga Operária. Bello Horizonte, 2 set. 1900, p.2.

<sup>19</sup> Devido à falta de fontes, não há dados suficientes para saber o que realmente aconteceu com a Liga Operária, mas tudo indica que por volta do ano de 1903 ela tenha se extinguido.

<sup>20</sup> O OPERÁRIO; órgão dos interesses da classe. Bello Horizonte, 15 nov. 1903 p.1.

<sup>21</sup> O OPERÁRIO; órgão dos interesses da classe. Bello Horizonte, 23 nov. 1903 p.1.

<sup>22</sup> O OPERÁRIO; órgão dos interesses da classe. Bello Horizonte, 7 dez. 1903 p. 1.

braços abertos, trabalhando por ella, luctando para que consigam os fins que ella se propõe.”<sup>23</sup>

A direção do Centro Operário ficou a cargo do italiano Donato Donati (o fundador da extinta Liga Operária de 1900) e a propriedade e edição do jornal *O Operário* a cargo de Olympio Netto (que também era um dos secretários fundadores do Centro Operário), sendo a sede do Centro Operário no edifício da Sociedade Italiana.

A 3 de agosto de 1904, quando o periódico estava no número 34, sua publicação foi suspensa na Capital e transferida para a cidade de Curvelo, onde reapareceu em 06 de outubro de 1905.

Em oposição ao Centro Operário, o governo do Estado fundou, em 1905, a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas, que tinha como porta-voz de suas iniciativas o jornal *O Labor*. Segundo seu primeiro número, a Confederação recebeu agradecimentos, pela sua fundação, dos Srs. Ilustres da Capital, como o Presidente do Estado de Minas Gerais, Francisco Salles, do chefe de Polícia, Christiano Brasil e do Prefeito da Capital Antônio Carlos Ribeiro de Andrade.

A finalidade desta confederação legalista era a de agregar todo e qualquer operário. Seus princípios eram a filantropia, a sociabilidade, a instrução, a ordem e o progresso e dentre seus objetivos constavam os de cuidar dos enterros dos associados e dispor de fundos financeiros para fundar pensões aos filhos de órfãos e criar uma comissão de beneficência.

Considerava que a classe operária não tinha a possibilidade de se “auto gerir” sem a presença do Estado para “instruí-las”.

Não há quem não perceba que as constituições, por mais liberais que sejam, não dão remédio ao mal estar, ao descontentamento que reina entre as classes operárias, vexadas pelas armaduras do presente e pela apprehensões do futuro. Mas o que as constituições não podem fazer, realizará ate certo ponto o Estado. (...) Aceitamos a República em sua essência, salvas as imperfeições que podem ser corregidas e pelas quaes não temos adoração de fetiche; mas aceitando o regimem, reclamamos com firmeza o que elle estabelece aos homens que mourejam pela elevação da riqueza publica e pela grandeza da pátria.<sup>24</sup>

Propõe que os trabalhadores se unam para alcançar seus direitos

---

<sup>23</sup> Idem

<sup>24</sup> O LABOR; órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas, Bello Horizonte, 18 jul. 1905, p.1.

(...) devemos unirmo-nos como irmãos, a fim de que um dia em nossa vida, possamos alcançar os nossos direitos: de prevalecer o fraco perante o forte. Não quero dizer com isto, que havemos de combater fisicamente, porém, moralmente. O operário não deve deixar-se dominar pelas bellas rhetoricas da sociedade. Eu como humilde operário espero do poder supremo, que, nós labutadores da vida, havemos de muito breve cantar o hynno da victoria. Viva a paz! Viva a pátria! – Eurípides.<sup>25</sup>

Segundo Faria e Grossi (1982: 189), a Confederação Auxiliadora continuou até os anos 20, posicionando-se pela “tutela” do operário por parte do Poder Público, que a partir de uma visão positivista “cuidaria de conseguir a harmonia do corpo social” da Capital.

Para Le Ven e Neves (1996: 78), o Centro Operário foi mais “ativo” do que a Confederação Auxiliadora do Estado, no que se refere ao modo de “impor presença” no espaço urbano, pois o Centro organizava “paredes” para contestar o atraso de pagamentos dos vales pela Prefeitura, além de oferecer palestras para a educação dos operários e peças de teatrais (com perspectiva pedagógica), no teatro Soucasseeux. Essas ações expressavam o desejo dos trabalhadores de serem reconhecidos no espaço belorizontino e de também procurar valer seus direitos

Desta forma, o potencial organizatório da classe operária da Capital ia-se concretizando. Nesse contexto, em 02 de abril de 1907, realizou-se, na cidade de Sabará, o Congresso Operário Mineiro. O conteúdo da convocação – diferente do Congresso Operário Nacional realizado em 1906, na cidade do Rio de Janeiro, que pregava a ação direta como forma de fazer valer as reivindicações operarias - revelava uma tendência social democrata do movimento, além de alusões desfavoráveis ao anarquismo<sup>26</sup>. Diante da reportagem do *Diário de Noticias* tal característica fica explícita:

(...) e a Organização nossa se faça sobre bases seguras sem a insinuação maléfica e destruidora dos agitadores demagógicos, que desconhecendo a nossa situação, o meio, e o estado do nosso operariado, tenta incutir por toda parte a doutrina destruidora da desorganização social, que nunca será meio de vida, e, sim um empecilho à nossa marcha, um estorvo à nossa união e um embaraço ao nosso triunfo que não é outro senão a justiça universal. (...) A luta trava-se entre o capital e o trabalho: - vinda de eras remotas. (...) <sup>27</sup>

<sup>25</sup> Idem, p. 3.

<sup>26</sup> Por anarquismo, em sentido amplo (por ser difícil dar uma definição totalmente precisa para o termo), o identificaremos como um conjunto de doutrinas que acredita que a liberdade e a igualdade somente serão conseguidas quando o capitalismo e o Estado – que o defende – forem destruídos. Como o socialismo, o anarquismo considera que a propriedade privada é a fonte principal dos problemas sociais. Assim, o termo anarquia, em sentido científico, significa valorizar o individuo, este sem representantes, sem delegações, sem Estado. Liberdade é o seu principio; por isso é também conhecido como movimento libertário. Quanto aos anarco-sindicalistas, estes acreditavam que os sindicatos poderiam ser utilizados como instrumento para mudar a sociedade, substituindo o capitalismo e o Estado por uma nova sociedade democraticamente auto-gerida pelos trabalhadores.

<sup>27</sup> DIÁRIO DE NOTICIAS, Belo Horizonte, 22 mar. 1907, p.2.

Na reunião ficou decidido que o operariado do Estado deveria se organizar por meio de uma Comissão Central que teria o nome de Centro Confederativo dos Operários de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte, cuja orientação era de cunho social democrata e pregava

a instrução do operariado e a eleição de representantes em todos os ramos do poder para defesa dos direitos operários. Para isso deveriam as associações pertencentes ao centro concorrer às eleições municipais através do Partido Operário Mineiro Independente que deveria ser criado. O objetivo do Centro Confederativo era a arregimentação do operariado para a luta econômica, político parlamentar, intervindo nas disputas políticas municipais, estaduais e federais, a fim de eleger seus representantes e influir diretamente na administração do Estado para poder alcançar as reformas necessárias e reclamadas para a efetividade dos seus direitos (DUTRA, 1988: 121).

Não existem notícias se o Partido Operário Mineiro Independente foi realmente criado; contudo, como toda organização operária, O Centro Confederativo também fundou um jornal denominado *O Confederal*, que em seu primeiro número expôs o ideal da Confederação. Dentre as diversas correntes socialistas existentes, o operariado, que integrava a Confederação, se autodenominava “socialista moderado” ou “contemporâneo”, que era definido como o:

(...) complexo de princípios e theories cuja aplicação e realização estabelecerá entre os homens, por diversos meios de coacção legal, a melhor e mais eqüitativa distribuição da riqueza.<sup>28</sup>

E ainda deixavam bem claro que não são adeptos do socialismo comunista, pois:

(...) o socialismo propriamente dito não alimenta a aspiração comunista de que todas as cousas devem ser propriedade comum de todos os homens, nem sequer pretende abolir a propriedade privada sobre o capital ou riqueza de reprodução. Sem extinguir a propriedade individual, o socialismo quer attenuar, tanto quanto possível, as desigualdades econômicas ora existentes. Qual o modo como se deve realizar a generosa aspiração? Querem todos os adeptos da escola, não há duvidar, que o Estado intervenha, promulgando novas leis; nem seriam socialistas, si dispensassem essa intervenção, cujo alcance e efficacia tanto exaggeram. A confiança na intervenção do Estado – eis o traço saliente do socialismo contemporâneo.<sup>29</sup>

<sup>28</sup> O CONFEDERAL, órgão do centro confederativo dos operários do Estado de Minas, Belo Horizonte, 15 jul. 1907, p. 1.

<sup>29</sup> Idem.

Além de depositarem exclusivamente no Estado a solução para os problemas operários

Assim que do Estado dependem: a diminuição e fixação das horas do trabalho; a regulamentação do salário; a criação das corporações de arte e ofícios; o estabelecimento de caixas de socorro para os inválidos, viúvas e orphans de operários; a educação física, moral e intelectual dos filhos de operários; a fundação de sociedades cooperativas de produção e de consumo, auxiliadas pelo Estado; o imposto progressivo sobre a herança e a renda; um imposto mais pesado e quasi proibitivo sobre o luxo; a supressão do trabalho das crianças e mulheres casadas, que sem a intervenção do Estado difficilmente se realizaria.<sup>30</sup>

Do que já foi exposto, podemos aludir certo nível de organização do movimento operário belorizontino, ainda que não haja nenhum registro de conflitos trabalhistas. Segundo Faria e Grossi (1982: 191), a Prefeitura, neste período, um dos maiores setores empregatícios da Capital, quando questionada pelos trabalhadores, o era na forma de assembléias, petições governamentais e noticiários de imprensa; o mesmo valendo para reivindicações que concerniam às empresas privadas.

Portanto, os trabalhadores belorizontinos procuravam reivindicar seus direitos de forma legalista, se afastando do conceito de “libertários escaldantes, utopistas que vivem a sonhar com uma República de Platão”.<sup>31</sup>

O método dos proletários da Capital mineira era a de recorrerem sempre ao Estado em busca de medidas que os beneficiassem. Assim, conclui-se que estes operários estabeleciam uma clara divergência com o ideal anarco-sindicalista, que pregava a ação direta<sup>32</sup> e era contra a política eleitoral parlamentar.

Continuando a organizar-se de forma associativa, surge em 1916 a Liga Operária Mineira. Ainda em 1916 é criado o Centro Democrático Operário, e em 1917 surge a Liga dos Operários Mineiros (FARIA; GROSSI, 1982: 195), sendo esta última também conhecida como Liga das Classes Operárias do Estado de Minas Gerais, que tinha como principais fins:

(...) instrução obrigatória aos órfãos filhos de operários; desenvolvimento agrícola e

---

<sup>30</sup> Idem

<sup>31</sup> O CONFEDERAL, órgão do centro confederativo dos operários do Estado de Minas, Belo Horizonte, 15 jul. 1907, p. 1.

<sup>32</sup> A ação direta é um conceito de maturidade frente a um conceito de infantilismo, pelo qual o homem desiste de suas responsabilidades e a delega a outros, a seus representantes, abstando-se de fazer pensar por sua conta e risco (COSTA, 1980: 20). Portanto, a ação direta é aceitar todas as responsabilidades com todas as conseqüências, sem delegá-las a um terceiro. Auto gerir-se. Rejeitar os intermediários, os mediadores. Dentro do contexto brasileiro da primeira Republica, rejeitar os partidos políticos, ou representantes do governo.

povoamento dos campos; amparo aos menores desvalidos, aos órfãos e aos filhos menores dos associados operários; solução imediata e definitiva do problema da carestia de vida, pela criação de cooperativas de consumo agrícola. (DUTRA, 1988: 118.)

No ano de 1919 foi fundada na Capital a Confederação Católica do Trabalho, que segundo Dutra (1988: 155) era “típica representante do sindicalismo cristão” cujos objetivos principais eram divulgar a educação católica ao operário e tentar recristianizar o Estado, com a implantação do ensino religioso nas escolas públicas e da organização do sindicalismo cristão.<sup>33</sup>

A Confederação inspirava-se na Encíclica Papal *Rerum Novarum* (1891) do Papa Leão XIII, e sua proposta era: “Tornar conhecida e forte a Confederação Catholica do Trabalho, sendo que toda ação operária deve obedecer aos princípios traçados na Encyclica *Rerum Novarum* e em outros documentos pontifícios”.<sup>34</sup>

A encíclica mostra o caráter estadista proposto pela Igreja, que era contra as idéias liberais e a ausência de uma política social mais humana para os trabalhadores. Ela aponta uma prática de ação católica que pudesse regenerar a sociedade civil.<sup>35</sup>

De acordo com a *Rerum Novarum*, caberia aos sindicatos o “aperfeiçoamento moral, espiritual e religioso” dos seus sócios, além de ser ele o responsável pela luta junto ao Estado no que tange a melhoria das condições do trabalho, reivindicando a implantação de uma legislação trabalhista e melhores salários.

Junto com a Confederação Católica do Trabalho surge também o seu periódico, que publicava as ações da Confederação. O novo *O Operário* era enfático ao atacar a ideologia anarquista e socialista que, segundo ele, pervertiam o ambiente operário.

Em seu primeiro número publicou os princípios que norteavam o programa de ação da Confederação, que eram o de;

a) tornar conhecida e forte a Confederação Catholica do Trabalho; b) defender os legítimos interesses e os direitos dos trabalhadores, como indivíduos e como classe; c) pleitear a victoria das reivindicações operárias baseadas na justiça; d) promover a defesa dos trabalhadores syndicalizados quando forem perseguidos ou processados, desde que não seja por falta infame; e) promover a educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores; f) promover a fundação de confederações idênticas em todas as localidades mineiras onde isso

<sup>33</sup> Em Minas, a instrução religiosa foi permitida nas escolas públicas até 1906, quando João Pinheiro, Presidente do Estado adepto da doutrina positivista, proibiu-a e suspendeu a ajuda do Estado aos seminários. Porém, em 1929, o então Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, tornou lei uma medida que previa uma hora de catecismo nas escolas, isto depois de anos de empenho da Igreja em prol de uma campanha antilaicista. (DUTRA, 1988: 120)

<sup>34</sup> O OPERÁRIO, órgão da confederação Catholica do Trabalho, Bello Horizonte, 19 jul. 1920, p.1.

<sup>35</sup> Leão XIII, Papa. Encíclica *Rerum Novarum*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 36.

seja possível e fazendo de todas uma única confederação no Estado; g) fidelidade do homem para com Deus, como individuo, como família, como sociedade; h) toda a acção operária não deve excluir Christo e a Igreja; i) toda acção operária tem de desenvolver-se em harmonia com todas as classes sociaes, que a solução da questão operária não é incompatível com os direitos e legítimos interesses de qualquer classe, mesmo das chamadas classes capitalistas; toda acção operária tem de desenvolver-se dentro do respeito ao principio de autoridade, sem violência, sem attentar contra a ordem social e política.<sup>36</sup>

Através Confederação Católica, a palavra sindicato aparece pela primeira vez dentro do movimento operário belorizontino. Segundo Dutra (1988: 158), a Confederação era, na verdade, uma Federação, pois estabelecia, dentro de seus princípios, que os trabalhadores de cada ofício deveriam reunir-se e formar um sindicato e que os trabalhadores que não tivessem “elementos” suficientes para formar um sindicato (no mínimo 15 trabalhadores) deveriam reunir-se formando um sindicato misto.

No jornal do mês de julho de 1920 há um forte apelo aos sindicatos para lutar em prol dos direitos operários, a fim de propor resoluções que evitassem as sublevações.

Urge que cada sindicato trabalhe ativamente na defesa econômica dos trabalhadores. O primeiro passo a dar é a fixação do mínimo salário para cada officio. (...) Quando um sindicato houver organizado a sua tabela deverá transmitil-a à directoria da Confederação e esta notificará aos patrões com o prazo de 15 dias para resposta, (...) recusando os patrões a executar a tabela, a directoria os convidará para escolherem uma comissão de 3 membros; estes com 3 membros escolhidos pela Confederação, sendo 2 dentro do sindicato, estudando o assunto em comum e o resultado deste estudo será submetido a deliberação de um juiz, que será de preferência do Sr. Presidente do Estado ou quem este nomear. A resolução do juiz é obrigatória para patrões e empregados. Este é o caminho para evitar greve e violências.<sup>37</sup>

A partir da segunda metade da década de 1920, o movimento operário belorizontino, assim como no restante do país, é atingido por uma tendência que visava incorporar a classe trabalhadora aos meios institucionais. O Estado passou a ter uma participação ainda maior na formulação legal dos direitos e deveres do operariado estabelecendo, inclusive, suas formas de organização.

### 3. Considerações finais

O presente trabalho se propôs a relatar a história do movimento operário em Belo Horizonte no início do século XX, tentando identificar e entender a ideologia que norteava as reivindicações dos trabalhadores da nova Capital Mineira.

<sup>36</sup> O OPERÁRIO, órgão da confederação Catholica do Trabalho, Bello Horizonte, 19 jun. 1920, p.1

<sup>37</sup> O OPERÁRIO, órgão da confederação Catholica do Trabalho, Bello Horizonte, 10 jul. 1920, p.3.

O que foi constatado, ao longo do texto, é que o movimento tinha um caráter legalista e que via no Estado um possível realizador dos direitos operários. Reformista – contrariando o ideal anárquico, que é contra o Estado e prega a ação direta na luta operária - o movimento dos proletários belorizontinos propunha a participação política dos trabalhadores e a possível criação de um partido operário para fazer valer seus direitos no parlamento.

E ainda que Belo Horizonte sendo planejada de forma a enquadrar todas as classes sociais em seus devidos “espaços”, e a camada menos favorecida – incluindo os trabalhadores – tenha sido “expulsa” das localidades da Avenida do Contorno (área urbana e, portanto o “cartão de visita” da cidade), isto não impediu a emergência de uma classe que buscava a realização de seus direitos, reivindicando, se mobilizando e implementando ações organizadas.

Também é importante salientar que foi de grande relevância para a formação da ideologia do movimento ter o Estado como um dos padrões (já que a maioria dos operários ou eram funcionários públicos ou ligados à indústria da construção civil). Isso fez com que os trabalhadores lutassem dentro da ordem estabelecida, sugerindo leis que consolidassem suas propostas de melhores condições de labuta, mais do que utilizando-se de meios tradicionais da classe (como greves, por exemplo)

Conclui-se assim, que o ideário da classe operária em Belo Horizonte se formou por meios onde prevaleceu o caráter legalista e reformista do movimento. Sendo que a presença do ideal anarquista entre os operários de Belo Horizonte, do início do século XX, foi mais tênue do que afirmam a bibliografia sobre o tema.

### Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Cristiane de Castro e. Da revolução à reforma: a trajetória histórica da social democracia. *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, n.7, p.183-197. jul. 2003.

BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva* (história antiga e história média), 2v., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Centro de Estudos históricos e Culturais), 1995.

BATALHA, Cláudio H.M. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. v.2, p.11-44.



- BATALHA, Cláudio H.M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.163-189.
- BOBBIO, Norberto. Marxismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Granfranco. *Dicionário de política*. 5 ed. Brasília: Editora UNB, 2000. v.2, p.738-744.
- BORGES, Celina. A cidade republicana: Belo Horizonte 1897 -1930. In: DUTRA, Eliana de Freitas; BANDEIRA DE MELLO (Org.). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2ed. São Paulo: Difel, 1984. Primeira parte: A condição humana. p. 1-196.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura e modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, IAB, 1998.
- COSTA, Caio Túlio. O que é anarquismo. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Editora Estampa, 1971. (Coleção Teoria, n.6).
- FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária de Belo Horizonte: 1897-1929. SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS: a República Velha em Minas, V, 1977, Belo Horizonte. V *Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p.165-199.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Primeira parte: A hora e a vez dos trabalhadores. p.35-128.
- GUIMARÃES, Bereneci Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991.323. f. Tese (Doutorado em Sociologia) –Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliane de Freitas; BANDEIRA DE MELO (Org.). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 49-119.
- LE VEN, Michel. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. 1977.167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) -

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 1977.

LE VEN, Michel; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990). In: DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida (Org.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. 75-106.

LEÃO XIII, Papa. *Encíclica Rerum Novarum*. Petrópolis: Vozes, 1978.

MATOS, R.E. *Evolução urbana e formação econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 1988. Introdução, p.1-39.

MONTEIRO, Norma Góes. *Imigração e colonização nas Minas*. 1973. 168f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 1973.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. *A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX*. 2004. 93f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós Graduação, Pedro Leopoldo, 2004.

PIANCIOLA, Cesare. Socialismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Granfranco. *Dicionário de política*. 5 ed. Brasília: Editora UNB, 2000. v.2, p.1196-1202.

PINHEIRO, Paulo Sergio de M. S.; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v.6.

PLAMBEL; PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: Plambel, 1979. 2v. p.03-125.

SETTEMBRINI, Domenico. Social democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Granfranco. *Dicionário de política*. 5 ed. Brasília: Editora UNB, 2000. v.2, p.1188-1192.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é socialismo*. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Primeiros Passos, 1).

STOPPINO, Mário. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Granfranco. *Dicionário de política*. 5 ed. Brasília: Editora UNB, 2000. v.1, p.585-597.

THOMPSON, E. P. (Edward Palmer). *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio

de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 1v.

## Levantamento documental: fontes

### Jornais e periódicos

A GREVE DOS OPERARIOS – As reuniões de ontem. *Diário de Minas*, Bello Horizonte, 10 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

A GREVE DOS OPERARIOS – As reuniões do operariado e de acadêmicos. *Diário de Minas*, Bello Horizonte, 9 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

A GREVE DOS OPERARIOS – Solução Favoravel. *Diário de Minas*, Bello Horizonte, 15 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

DIARIO DE MINAS, Bello Horizonte, 16 mai. 1912. p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

DIARIO DE MINAS, Bello Horizonte, 17 mai. 1912. p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

DIARIO DE MINAS, Bello Horizonte, 18 mai. 1912. p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

DIARIO DE MINAS, Bello Horizonte, 19 mai. 1912. p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

DIARIO DE MINAS, Bello Horizonte, 30 mai. 1912. p.2. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais

DIARIO DE MINAS, Bello Horizonte, 27 e 28 jul. 1912, p.2. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais

DIARIO DE NOTICIAS. Bello Horizonte, 22 mar. 1907. p. 2. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

DIARIO DE NOTICIAS. Bello Horizonte, 03 mai. 1907. p. 2. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

FESTA DO TRABALHO – A entusiastica..., *Diário de Minas*, Bello Horizonte, 03 mai. 1912, p.1.

GREVE DOS OPERARIOS - O movimento continua. *Diário de Minas*, Bello Horizonte, 8 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

GREVE DOS OPERARIOS, *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 7 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

GREVE DOS OPERARIOS, *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 13 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

GREVE DOS OPERARIOS, *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 14 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

MINAS GERAES. Belo Horizonte, 12 jul. 1912, p.2. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

MINAS GERAES. Belo Horizonte, 14 jun. 1914, p.2. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

O LABOR. Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas, Belo Horizonte, 18 jul. 1905, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

O OPERÁRIO. Órgão da Liga Operária. Belo Horizonte, ago-set. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO. Órgão dos interesses da classe. Belo Horizonte, 1903-1904. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO. Órgão da Confederação Catholica do Trabalho, Belo Horizonte, jun-jul, 1920. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

REUNIÃO OPERARIA. *A Capital*. Belo Horizonte, 16 jul.1900, p.2. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

REUNIÃO OPERARIA. *Minas Geraes*. Belo Horizonte, 15 e 16 jul. 1900, p.2: In Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

RECENSEAMENTO DE 1912. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 27 jul.1912, p.2. In: Acervo da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

SOCIALISMO CONTEMPORÂNEO. *O Confederal*. Belo Horizonte, 15 jul 1907. p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.